



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Agência Regional da Saúde de Xanxerê
Supervisão de Vigilância Sanitária
Análises de Projetos de Arquitetura

Parecer Nº: 048/XXE/2019
Processo Nº: ADR05/4184/2019
Estabelecimento: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS – UBS IRMANDO SCHAPPO
CNPJ: 11.420.595/0001-50
Endereço: Rua Paraná, 372, Bairro Bagatini, Palmitos – CEP – 89887-000
Assunto: Avaliação de Projeto Básico de Arquitetura para Reforma de UBS
Resp. Legal: ADRIANE TEREZINHA ERKMANN AUGUSTIN – SEC. MUN. DE SAÚDE – CPF – 022.366.989-09
Resp. Técnico: MARCELO ALUINO KNAPP – CAU A44.173-2
Data de início: 18/11/2019

Trata-se da **4ª análise** de Projeto Básico de Arquitetura – PBA destinado a **Reforma de Unidade Básica de Saúde** com área total de “... **423,09m²**...” (fl. 69). O EAS foi classificado como “...**Unidade Básica de Saúde Irmando Schappo** ...” (fl. 65), com horário de atendimento “ ... **das 7:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas** ... ” (fl. 65), que atenderá pacientes de “ ... **todas as faixas etárias** ... ” (fl. 65), pretendendo atender em média “ ... **120 pessoas por dia** ... ” (fl. 65), e que “ ... **O Estabelecimento não fará uso de aparelho de raio x** ... ” (fl. 66), conforme, Relatório Técnico e Projetos enviados.

Analizando o **Relatório Técnico (fls. 64 a 68)** e o **Projeto Arquitetônico** constante nas pranchas Nº 01/05 que contém a Planta de Locação, Situação, Planta Baixa Inferior, Detalhamento Abrigo de Gás, e Quadro de Legendas; Nº 02/05 que contém Plantas Baixa Térreo, Planta de Cobertura, Fachada Frontal, Detalhamento Abrigo de Lixo, e Corte AA, e Quadro de Legendas; Nº 03/05 que contém Plantas de Acessibilidade Térreo e Inferior, Corte AA calçada, Notas e Especificações; Nº 04/05 que contém o Detalhamento de Sanitários PCD; Nº 05/05 que contém o Detalhamento de Sanitários PCD; todas datadas de NOV/2019 (**fls. 69 a 73**); à luz das Resoluções ANVISA nºs **RDC 50/2002**, que aprova o Regulamento Técnico destinado ao planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde; **RDC 51/2011**, que dispõe sobre os requisitos mínimos para análise, avaliação e aprovação de Projetos Físicos de Estabelecimentos de Saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; **RN Nº 002 /DIVS/SES - DE 09/05/17** que normatiza e orienta o funcionamento dos serviços odontológicos; **RDC 15/2012** que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências; **RDC 222/2018** que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde; **Decreto nº 5.296/2004** que regulamenta as Leis nº 10.048/2000, e 10.098/2000; **Lei nº 10.098/2000** que dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; **Lei nº 13.146/2015** que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); **NBR 9050/2015** Norma da ABNT sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, e **considerando o disposto na Portaria 503/2012 da SES, de 01/06/2012, publicada no DOE nº 19.348 de 06/06/2012, que fixa prazo para reapresentação de nova versão de PBA e estabelece o número de análises**, constatamos que:

1. Em relação à **Documentação Apresentada**:

1.1. Os documentos estão adequados, na sua forma, cumprindo com o estabelecido;



Orientações / Ressalvas

- 1.2. Fica o EAS ciente de que exerce a atividade 1.11 da Listagem de Atribuições e Atividades da RDC 50/2002, visto que haverá Sala de Suturas e Curativos na Unidade;
 - 1.3. Os ambientes e áreas destinados a garagens/estacionamentos e ambientes de infraestrutura predial (reservatórios, casas de máquinas, barrilete, central de gases, etc.) não serão avaliados, devendo estar dimensionados e configurados de forma a suprir as necessidades e demandas do Estabelecimento, além de possíveis legislações de outros órgãos competentes;
 - 1.4. As possíveis inadequações da edificação existente não foram analisadas por não serem parte do objeto desta avaliação, tendo sido exigidas tais informações apenas para esclarecimentos sobre o PBA apresentado, e devem ser solucionadas a partir de decisão dos gestores e/ou responsáveis pelo o estabelecimento ou por exigência de Autoridade de Saúde, cumprindo o estabelecido nas Resoluções ANVISA nºs. RDC 50/2002, RDC 51/2011;
2. Em relação à **Adequação do Projeto Arquitetônico às Atividades Propostas, à Funcionalidade do Edifício e ao Dimensionamento dos Ambientes:**

Orientações / Ressalvas Gerais

- 2.1. Fica o EAS obrigado a instalar uma pia de despejo na Sala de Utilidades, a qual foi removida do projeto, pois constava em todas as outras análises, que conforme a RDC 50/2002 em seu Glossário, Pia de Despejo é uma peça sanitária destinada a receber resíduos líquidos e pastosos, dotada de válvula de descarga e tubulação de esgoto de 75mm no mínimo;
- 2.2. A lixeira externa (externa à edificação) para RSS deve ser em material resistente, lavável e de fácil higienização, compartimentada por classe de resíduos, identificada com a simbologia padrão para Lixo Contaminado conforme o disposto nos Arts. 35 e 36 da RDC 222/2018 com porta de abrir para fora e possuir cadeado e/ou fechadura para restringir o acesso a mesma para somente a empresa especializada de coleta de RSS e o EAS;
- 2.3. Devem estar garantidas as instalações de todos os itens obrigatórios como barras de apoio, alarme, papeleira, saboneteira e porta papel toalha em todos os ambientes onde se fizerem necessários, respeitando todas as exigências e posições da NBR 9050/2015, caso tais ambientes sejam existentes e estejam baseados na legislação revogada de 2004, deverão passar por atualização conforme legislação de 2015;
- 2.4. Toda mobília para atendimento de pacientes deverá ser adequada ou conter espaço adequado para atendimento P.C.R. conforme item 9.2.1 da NBR 9050/2015;
- 2.5. **TODAS** as portas com acesso aos pacientes devem ter abertura igual ou superior a 80cm (vão livre);
- 2.6. Deve estar garantida a configuração e dimensionamento dos ambientes: **a)** de espera, bem como a quantidade de sanitários que atendem estes ambientes de acordo com a demanda das Unidades onde estão localizados; **b)** administrativos e de conforto/higiene funcional, de acordo com as necessidades, tecnologias e equipe;



2.7. Devem ser garantidas: **a)** as condições de acessibilidade, higienização, facilidade de manuseio e largura útil para as portas de correr de acordo com o mínimo exigido para os ambientes onde estão propostas; **b)** as áreas e dimensões mínimas dos ambientes, inclusive as distâncias e afastamentos, na locação e/ou instalação de equipamentos e mobiliário.

3. Em relação às **Instalações Ordinárias e Especiais**:

Orientações / Ressalvas Gerais

3.1. Existem **informações sucintas em Relatório Técnico** sobre a existência, de acordo com as Normas vigentes, de:

- a)** fornecimento e reservação de água;
- b)** fornecimento de energia elétrica e energia elétrica de emergência;
- c)** ventilação, iluminação e climatização;
- d)** gases medicinais;
- e)** PGRSS;
- f)** coleta e destinação de efluentes e águas pluviais;
- g)** prevenção contra incêndio;

3.2. Deve (m) estar garantida (s): **a)** a instalação de telas contra vetores em todas as aberturas **onde estas forem necessárias**, inclusive aquelas sem indicação em projeto; **b)** a instalação de visores em todas as portas **onde estes forem necessários**, inclusive aquelas sem indicação de visor em projeto; **c)** as condições de Segurança Contra Incêndio, principalmente as relacionadas a portas e vias de escape; **d)** todas as instalações de suporte ao funcionamento da Unidade em análise, inclusive as citadas na coluna "INSTALAÇÕES" das respectivas Unidades Funcionais, da RDC nº 50/02.

4. Em relação às **Especificações Básicas dos Materiais**:

Orientações / Ressalvas Gerais

4.1. Existem informações em Relatório e/ou em Projeto sobre: **PISOS**: cerâmico; **RODAPÉS**: cerâmico; **PAREDES**: pintura acrílica e azulejos até o teto; **TETOS**: pintura acrílica e forro de PVC; **PORTAS**: pintura acrílica; **JANELAS**: alumínio e vidro; **MOBILIÁRIO**: fórmica lisa; **TAMPOS**: fórmica lisa e inox; **PERSIANAS**: PVC; sobre o que devem ser consideradas as especificações, padrões e orientações estabelecidas nos itens **C1, C2 e C3 do Capítulo 6 – Condições Ambientais de Controle de Infecção, Parte III da RDC 50/02**.

4.2. Os materiais de acabamentos referem-se aos materiais do último acabamento dos itens citados, como tipo de tinta de tetos, paredes e esquadrias, a melamina, fórmica ou pintura do mobiliário, etc.

4.3. **Todos os materiais de acabamento devem ser enquadrados obrigatoriamente e simultaneamente em três especificações: liso, lavável e impermeável**, caso o material não se enquadre nos três juntos, não pode ser utilizado;

4.4. **Com relação a granitos, mármore ou outras pedras naturais, seu uso (seja em piso, paredes e/ou bancadas) deve ser dar somente em recepções gerais (assim como seus sanitários) e em**



ambientes exclusivamente administrativos tendo em vista que por serem materiais naturais não há garantias confiáveis de que possuam absorção máxima de água de até 4%, semelhante às peças cerâmicas, **mesmo com impermeabilizantes**; O uso de pedras artificiais (geralmente cristais de quartzo com resina) é permitido pois por se tratarem de materiais industrializados a absorção de água é mínima e padronizada; O mesmo se aplica à **papeis de parede** (mesmo que ditos emborrachados ou laváveis);

- 4.5. **O uso de divisórias removíveis, ex.: “tipo Eucatex” e similares, e forros removíveis nas áreas críticas não é permitido**, entretanto paredes pré-fabricadas podem ser usadas, desde que quando instaladas tenham acabamento monolítico, ou seja, não possuam ranhuras ou perfis estruturais aparentes e sejam resistentes à lavagem e ao uso de desinfetantes, conforme preconizado no manual Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde. **Nas áreas semicríticas as divisórias e forros só podem ser utilizadas se forem, também**, resistentes ao uso de desinfetantes e a lavagem com água e sabão, conforme preconizado no manual Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde 2ª edição, Ministério da Saúde / Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar. Brasília-DF, 1994 ou o que vier a substituí-lo.
- 4.6. Os materiais, cerâmicos ou não, quando usados nas áreas críticas, não podem possuir índice de absorção de água superior a 4% individualmente ou depois de instalados no ambiente, além do que, o rejunte de suas peças, quando existir, também deve ser de material com esse mesmo índice de absorção. O uso de cimento sem qualquer aditivo antiabsorvente para rejunte de peças cerâmicas ou similares, é vedado tanto nas paredes quanto nos pisos das áreas críticas.
- 4.7. **Deve estar garantida: a) a execução dos rodapés alinhados às paredes, de modo a apresentar acabamento final sem ressalto quando possível ou com ressalto em 45° ou arredondado**, mas nunca com ressalto em 90°; **b) que as possíveis soleiras no piso sejam executadas com o mesmo material do piso onde estão propostas; c) as portas internas apresentem acabamento final liso, não sendo adequado do tipo veneziana ou similar em razão das várias reentrâncias dos seus perfis ou revestimentos laminados melamínicos texturizados com relevo, postas estilo sanfona não devem ser utilizadas em ambientes que não sejam administrativos e/ou circulações;**
- 4.8. **Com relação a melamina e fórmicas, como revestimento de mobiliário, estas devem ser do tipo lisa, não podendo haver ressalto ou reentrâncias ou ser do tipo texturizada.**

Pelo exposto, **CONSIDERADAS AS RESSALVAS CITADAS**, principalmente os itens 1.2 e 2.1, está **APROVADO** o referido Projeto Básico de Arquitetura.

RECOMENDAÇÕES NÃO RELACIONADAS A ESTA AVALIAÇÃO:

- Caso o Projeto Básico de Arquitetura se enquadre no disposto pela Instrução Normativa nº 001/2012/DIVS/SES, de 19 de abril de 2012, ao término da execução da obra e/ou quando da solicitação do licenciamento sanitário, o EAS deverá obrigatoriamente ser inspecionado por equipe da Vigilância Sanitária, composta, no mínimo, por um profissional habilitado pelo CREA/CONFEA ou CAU, para verificação da conformidade do construído com o projeto aprovado anteriormente;
- Em se tratando de Estabelecimento público ou que preste serviço para o SUS, a aprovação do PBA não exime e não garante o credenciamento de seus respectivos leitos e/ou serviços;



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Agência Regional da Saúde de Xanxerê
Supervisão de Vigilância Sanitária
Análises de Projetos de Arquitetura

- Além de observar os itens descritos neste Parecer, devem ser adotados todos os critérios exigidos nas Resoluções ANVISA nºs. RDC 50/02 e RDC 51/11;
- **A aprovação do projeto não eximirá os autores das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislações pertinentes às atividades profissionais;**
- Devem ser atendidas todas as prescrições pertinentes ao objeto desta avaliação estabelecidas em códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive de concessionárias de serviços públicos e Corpo de Bombeiros de SC além de não estar eximida a necessidade de apreciação e aprovação do projeto pelos órgãos competentes no nível local (principalmente na instância de Prefeitura e de Corpo de Bombeiros) para execução da obra;

Xanxerê, 18 de novembro de 2019.

Thiago Winckler
Eng. Civil CREA-SC 068483-0
Mat. 0962775-8-01
Ag. Reg. de Saúde de Xanxerê